

Discurso da AIMMP no encontro da CPCI – 04 de Junho de 2012

Ex.mo Senhor Presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, Sr. Eng.º Reis Campos. Permita-me que cumprimente V.Ex.a e lhe dirija uma palavra de gratidão pela dedicação de qualidade ao Sector da Construção Civil bem como pela excelente organização deste encontro.

Cumprimento, de forma muito especial, todos os industriais do sector, aqui presentes, em nome dos quais organizamos este evento no âmbito das atribuições da CPCI.

Caros associados, caros trabalhadores, ilustres colegas, representantes da comunicação social, minhas senhoras e meus senhores, o meu redobrado agradecimento pela vossa presença neste encontro.

Antes de mais, manifesto, perante todos, a minha tristeza pelos motivos que nos trazem aqui hoje. Enfraquecidos pela situação de austeridade e de crise em que vivemos, somos menosprezados pelo poder político e acusados da desagregação do tecido empresarial deste sector e pela destruição do seu emprego.

Ao organizar este encontro em pleno vórtice da crise mundial, a CPCI trás ao Pavilhão Atlântico uma oportunidade de discussão fundamental para o futuro de um sector incontornável da economia portuguesa e determinante para o sucesso e o futuro do País.

Reclamo, enquanto Presidente da Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal, sucesso pelo dia de hoje e registo o vosso envolvimento e participação como um sinal claro da persistência profissional e empresarial ao serviço da pátria.

A Indústria de Construção Civil pode e deve servir o País numa perspectiva de rentabilidade marginal, de desenvolvimento económico e social bem como o grande mercado para as nossas indústrias e os nossos recursos naturais, desde as cerâmicas, aos nossos granitos, aos nossos xistos, aos nossos mármore e às nossas madeiras.

Não podemos admitir que o Estado, autarquias locais e outras entidades de direito público continuem a aceitar que os seus projectos e cadernos de encargos efectuados para efeitos de

lançamento de concursos públicos de aquisição contenham, sem qualquer espécie de discussão ou triagem, referências a produtos e serviços importados num posicionamento de total porta aberta às importações quando poderiam ser substituídos por produtos de origem e fabricação nacional, por vezes de melhor qualidade e preço, como é o caso das madeiras, dos granitos, dos mármore e outros materiais fabricados em Portugal.

Tantas e tantas obras públicas que poderiam ter sido feitas em madeira e outros materiais de origem Portuguesa, em lugar de importarmos ferro, alumínio, cerâmicos, etc, etc.

Portugal não pode desperdiçar, ainda mais, as suas reservas naturais renováveis! O Sol, o Mar e a nossa Floresta são armas económicas de que o País necessita para combater a crescente competitividade à escala global. Não nos deixemos enganar! A sustentabilidade de um povo ou de um habitat depende da capacidade de governação dos seus recursos!!!!

Este foi o grande erro de Portugal cometido nos últimos 30 anos! É inacreditável como é que um povo com uma história heróica, feitos únicos e experiência transatlântica acreditou que era possível consumir sem produzir e não compreendeu que receber dinheiro para destruir o seu tecido produtivo não seria uma boa estratégia de médio e longo prazo.

Os nossos governantes não podem reduzir a sua actuação ao aumento de impostos e redução da despesa pública para controlar o défice orçamental e melhorar a balança comercial.

Nesta, e em outras matérias de interesse público, a Governação do País tem que se focalizar nos factores críticos de equilíbrio, neste caso optar por políticas de economia induzida, como outros nos fizeram em nosso prejuízo, para que com pouco dinheiro saibamos promover o desenvolvimento económico equilibrado.

É necessário pensar soluções para a fileira da construção civil numa perspectiva de sustentabilidade global de todos os sectores que dele dependem.

- Optar por construir ou melhorar infra-estruturas de rentabilidade garantida, como sejam obras marítimas de apoio ao turismo, à indústria naval, à exploração pesqueira, aos Portos de carga e, até mesmo, para a produção de energia;

- Melhorar as condições de segurança e de circulação dos aeroportos do Porto, Faro e Lisboa, numa clara melhoria da acessibilidade e equilíbrio entre as regiões;
- Melhorar as estradas secundárias, quer em razão de traçado, quer em razão de sinalização, numa perspectiva de melhoria de acessibilidades a áreas com potencial de exploração turística, eliminação de pontos negros contribuindo para a redução da sinistralidade e respectivas consequências;
- Garantir a manutenção ou substituição de obras de arte seculares, cujo estado de conservação inspira riscos de derrocada e acidentes penalizantes para a nossa história;
- Promover a recuperação urbana das nossas cidades mais antigas e promover o seu aproveitamento turístico;
- Promover uma melhor gestão do património do Estado no sentido de concentrar serviços públicos em centros desconcentrados pelo País,

A nossa sociedade não tem outra solução que não seja a de admitir que a utilização de recursos renováveis constitui, por definição, uma forma de garantir a sustentabilidade, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista ambiental. Neste particular, Portugal foi prendado com Sol, com Vento, com Água e com Solos propícios à floresta. Em jeito de desabafo, permitam-me dizer-vos que nos últimos 30 anos fomos capazes de destruir grande parte das infra-estruturas e empresas de utilização destes recursos, agora estamos a destruir o sector da Construção Civil e a nossa floresta com os incêndios, e ainda não destruimos o SOL porque não conseguimos lá chegar!...

Caros associados,

Estamos motivados e disponíveis para nos entregarmos à causa. Não esperamos facilidades e muito menos tempos favoráveis porque o momento é difícil para todos.

Que este dia seja profícuo e que a motivação e os ensinamentos aqui adquiridos sejam uma luz para o sucesso de cada um de vós.

Muito obrigado

Vítor Poças: poças.vitor@gmail.com